

Demonstrações Financeiras

VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

30 de junho de 2023



ÍNDICE

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente	2
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da administração

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da VX Pavarini DTVM Ltda, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023.

O ano de 2023 permanece desafiador, com crescimento econômico lento, reflexo das altas taxas de juros no Brasil e no mundo, mesmo com diminuição da inflação ao longo dos últimos meses. A demora no alinhamento das expectativas futuras entre os agentes políticos e de mercado, atrasou o início de ciclo de redução do patamar de juros, que apenas se iniciou em agosto, o que influenciou num maior volume de movimentações de renda fixa em detrimento da renda variável, impactando negativamente o crescimento do mercado de fundos (setor que inclusive apresentou volumes negativos de captação líquida). O risco fiscal no país se torna mais atrativo com a atual reforma tributária e arcabouço fiscal aprovados na Câmara dos Deputados, que deve impactar positivamente o crescimento do país, embora o reflexo desses efeitos deva aparecer no longo prazo.

Em um movimento estratégico aprovado pelo Banco Central em outubro de 2022, passamos a integrar o Grupo Vórtx, nos tornando um dos maiores players do mercado de dívidas, tendo focado no primeiro semestre de 2023 na integração dos negócios Pavarini à Vórtx. Por isso, apesar do cenário desafiador, tivemos um semestre de resultados consistentes, reforçando a forte resiliência e complementariedade dos nossos serviços e sinergias com a Vórtx.

Acreditamos que as conquistas desse ano refletem o nosso contínuo desenvolvimento tecnológico, a adoção de políticas de recursos humanos que valorizam e respeitam o colaborador, e consequente construção de excelência operacional, sempre visando oportunidades orgânicas e inorgânicas. Agradecemos o empenho de nossos times diante de um cenário ainda incerto e seguimos confiantes na estabilidade de nossos negócios e no nosso plano de expansão.

A Diretoria



São Paulo Corporate Towers
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte
São Paulo – SP - Brasil
CEP 04543-011
Tel: (5511) 2573-3000
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos quotistas e aos Administradores da
VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Instituição para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de agosto de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC - SP- 034519/O



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC – SP241659/O



ATIVO	Notas	30/06/2023	31/12/2022	PASSIVO	Notas	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		5.958	4.607	Circulante		1.989	2.159
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.069	1.289	Outras Obrigações	8	1.989	2.159
Disponibilidades		567	1.289	Sociais e Estatutárias		104	-
Depósitos Bancários		502	-	Fiscais e Previdenciárias		1.095	1.856
Instrumentos financeiros	5	3.248	2.499	Despesas com Pessoal		200	210
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.248	2.499	Credores diversos		590	93
Outros Créditos	6	1.565	778	Patrimônio líquido	9	4.130	2.681
Rendas a Receber		1.139	89	Capital Social		878	878
Adiantamentos e Antecipações		15	-	Aumento de capital		220	220
Impostos e Contribuições a Compensar		304	-	Reserva Legal		176	-
Devedores Diversos - País		107	689	Reserva de Lucros		2.856	1.583
Outros Valores e Bens		76	41				
Despesas Antecipadas		76	41				
Permanente	7	161	233				
Imobilizado de Uso		152	130				
Intangível		4	65				
Outros ativos		5	38				
Total do ativo		6.119	4.840	Total do passivo		6.119	4.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receita de intermediação financeira		193	86
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez		193	86
Resultado bruto de intermediação financeira		193	86
Receitas operacionais		4.902	5.128
Receitas de prestação de serviços	10	4.816	4.958
Outras receitas operacionais		86	170
Despesas operacionais	11	(2.540)	(3.538)
Despesas administrativas		(761)	(980)
Despesas de pessoal		(1.250)	(2.000)
Despesas tributárias		(437)	(494)
Outras despesas operacionais		(50)	(27)
Depreciação e amortização		(42)	(37)
Resultado operacional		2.554	1.676
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		2.554	1.676
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	(946)	(664)
Provisão para imposto de renda		(587)	(255)
Provisão para contribuição social		(359)	(409)
Participações nos lucros	12.2	(159)	-
Participação estatutário no lucro		(159)	-
Lucro Líquido do semestre		1.449	1.012
Quantidade de ações		877.759	877.759
Lucro Líquido por ação		1,65	1,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VX PAVARINI DTVM LTDA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais - R\$)



	Capital social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2022	878	220	-	688	712	2.498
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.378	1.378
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	(1.195)	(1.195)
Constituição de reserva de lucros	-	-	120	775	(895)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	878	220	120	1.463	-	2.681
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.449	1.449
Constituição de reserva legal	-	-	56	-	(56)	-
Saldos em 30 de junho de 2023	878	220	176	1.463	1.393	4.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	<u>1.449</u>	<u>1.012</u>
Outros resultados abrangentes do semestre	-	(102)
Resultado abrangente do semestre	<u><u>1.449</u></u>	<u><u>910</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Atividades operacionais			
Lucro do exercício		1.449	1.012
Ajustes ao (lucro)/prejuízo		42	(65)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Resultado de participação em controlada		-	-
Depreciação e amortização	11	42	37
Ajustes de avaliação patrimonial TVM		-	(102)
Lucro do exercício ajustado		1.491	947
Variações em ativos e passivos			
(Aumento)/redução em depósitos bancários - conta escrow		(502)	-
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		(749)	353
(Aumento)/redução em outros créditos		(754)	(858)
(Aumento) /redução em outros valores e bens		(35)	(24)
Aumento/(redução) em outras obrigações		(170)	(108)
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades operacionais		(719)	310
Atividades de investimento			
(Aquisição)/baixas de imobilizado		(57)	(15)
(Aquisição)/baixas de intangíveis		54	-
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de investimento		(3)	(15)
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos no exercício		-	(1.430)
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de financiamento		-	(1.430)
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(722)	(1.135)
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do semestre		1.289	4.025
No fim do semestre		567	2.890
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(722)	(1.135)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.227.994/0001-50, possui sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, Sala 2401, CEP 20.050-005.

Sua principal atividade é a prestação de serviços de agente fiduciário, com atuação neste seguimento desde 1994. O seu núcleo de serviços atua de forma ativa na proteção dos direitos dos investidores que representa, através de procedimentos técnicos e de elevado conteúdo ético.

A Pavarini, no primeiro semestre de 2021, procedeu à alteração do seu contrato social para formalizar a alteração de controle societário, por meio da qual os então sócios transferiram a totalidade de suas quotas, por meio da celebração de Contrato de Compra e Venda de Quotas, à VX Roma Holding Financeira Ltda. Tal processo de alteração de controle acionário e alteração contratual foi aprovado pelo Banco Central do Brasil e registrado na Junta competente no 2º semestre de 2022.

2. Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto da Resolução BCB nº 02, declara de forma explícita e sem reserva, que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB), bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções.

Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos e para contingências, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Distribuidora. Todas as informações apresentadas em Reais foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos

Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa

Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado

Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda

Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e, de modo geral, incluem o caixa em espécie, contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de vencimento igual ou inferior a que haja risco insignificante de variação no valor de mercado. Já as aplicações financeiras são reconhecidas pelo montante aplicado, acrescidas de rendimentos auferidos, corresponde assim ao seu valor justo de disponibilidades.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

A Sociedade tem ativos financeiros não derivativos registrados em seu balanço composto, basicamente, por aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, portanto, encontram-se pelo seu valor de mercado na data do balanço. Conforme a regulamentação em vigor, as aplicações são classificáveis em 3 categorias:

- (i) Títulos para negociação;
- (ii) Títulos disponíveis para venda;
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “Títulos para negociação”, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados.

Na categoria “Títulos disponíveis para venda”, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias descritas nos incisos I e III.

Na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja

intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

3.4 Negociação e intermediação de valores

Registra os valores para cuja escrituração não haja contas específicas no desdobramento, sendo os recursos de clientes em conta de depósito com liquidez imediata devidamente reclassificadas no período de 2022 para depósitos.

3.4.1 Depósitos

De acordo com a Resolução CMN nº 4.871/2020, a Distribuidora deverá manter conta de registro utilizada exclusivamente com saldos dos recursos com liquidez imediata de clientes.

3.1 Imobilizado de uso

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam consideração a vida útil e econômica dos bens segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para 'Sistema de processamento de dados' e 'Sistema de comunicação', e de 10% a.a. para as demais contas.

3.2 Intangível

O intangível é formado por desenvolvimento de softwares e carteira de fundos de investimento. Os softwares estão contabilizados ao custo de aquisição, sendo que a amortização foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o tempo de vida útil dos softwares até novos investimentos necessários, sendo utilizado o padrão de 20% a.a.

3.3 Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda jurídica alíquota utilizada é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil.

A alíquota da contribuição social foi elevada de 15% para 16% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022, em face da aprovação da MP 1.115/2022.

3.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativos financeiros

São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Distribuidora, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

3.5 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, a

Distribuidora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar em função de serviço prestado pelo empregado.

3.6 Contingências e provisões para riscos e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

Ativos contingentes: Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.

Provisões para risco: São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes: São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos. Passivos dessa natureza não são provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível; e não provisionados, nem divulgados, se classificados como perda remota.

Obrigações fiscais correntes (fiscais e previdenciárias): São referentes a demandas judiciais e que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

3.7 Resultado

3.7.1 Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, deduzida de

quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares.

A receita operacional da Distribuidora é formada pela prestação de diversos serviços financeiros e de gestão de carteiras de investimento de clientes, previamente contratados.

As receitas são reconhecidas mensalmente, considerando a efetiva prestação de serviço contratado, ao logo dos prazos.

O recebimento pela prestação de serviço, ocorre em média até 15 dias do mês subsequente ao da referida prestação, para alguns serviços de natureza fiduciária, pode haver o faturamento e recebimento antecipado do preço contratado, sendo tais recursos registrados como receita antecipada que é baixada conforme regime de competência.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Distribuidora de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

Deste modo, o momento correto da transferência dos benefícios invariavelmente atende ao princípio da competência de cada atividade desempenhada, independentemente do recebimento antecipado ou postecipado.

3.7.2 Resultado auferido nos investimentos em aplicações financeiras (receitas e despesas):

As receitas abrangem receitas de juros sobre recursos investidos e variações. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Quando aplicável, as despesas abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações

de ativos financeiros mensurados por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”) reconhecidas nos ativos financeiros.

3.7.3 Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Os resultados recorrentes e os não recorrentes são apresentados de forma segregada.

3.7.4 Despesa operacional

A despesa operacional da Distribuidora é formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apuradas em obrigações com terceiros e são reconhecidas pelo regime de competência, quando existe evidência convincente: (i) de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos contratos foram transferidos para a Distribuidora; e (ii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades		
Bancos conta movimento	567	1.289
Depósitos bancários		
Bancos conta escrow (i)	502	-
Total	<u><u>1.069</u></u>	<u><u>1.289</u></u>

- (i) O saldo relativo à conta Escrow, refere-se ao depósito de clientes em conta vinculada e faz contrapartida com a rubrica "Adiantamento Recebido - Escrow" (nota explicativa 8).

5. Títulos e Valores Mobiliários

O saldo das transações ocorridas com títulos e valores mobiliários está relacionado abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Títulos e Valores Mobiliários		
Aplicações em operações compromissadas	3.248	2.499
Total	3.248	2.499

6. Outros Créditos

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber	1.144	89
Adiantamentos e Antecipações		
Adiantamento sobre salários	-	6
Adiantamento diversos	15	19
Impostos e Contribuições a Compensar		
Impostos a compensar	168	609
Impostos retidos sobre serviços prestados	136	-
Devedores Diversos - País		
Valores a ressarcir	75	60
Depósitos em garantia	32	33
Total	1.570	816

7. Permanente

	<u>30/06/2023</u>			<u>31/12/2022</u>
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado de Uso				
Mobiliário	72	(42)	30	35
Equipamentos de informática	331	(216)	115	151
Equipamentos de comunicação	33	(28)	5	9
Equipamentos de segurança	3	(1)	2	-
Total	439	(287)	152	195

	<u>30/06/2023</u>			<u>31/12/2022</u>
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Intangível				
Licenças e direitos de uso	65	(60)	5	-
Carteira de fundos de investimento	-	-	-	-
Total	65	(60)	5	-

8. Outras Obrigações

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Sociais e Estatutárias		
Participação nos lucros	104	-
Fiscais e Previdenciárias		
Impostos e contribuições sobre o lucro	946	1.607
Impostos e contribuições sobre salários	59	131
Impostos e contribuições a recolher	90	118
Despesas com Pessoal	200	210
Credores diversos		
Contas a pagar	84	16
Outros credores	17	77
Adiantamento recebido – Escrow (i)	489	-
Total	<u>1.989</u>	<u>2.159</u>

- (i) A Conta Escrow é uma ferramenta de garantia utilizada em operações financeiras das mais simples às mais complexas. O maior objetivo é a proteção dos recursos enquanto determinadas condições do seu negócio se concretizam. Sendo assim, tanto o valor no ativo quanto o valor no passivo, da Pavarini DTVM se refere a recursos de operações da Light, que estão sob guarda e garantia da Pavarini. Desta forma, nenhum dos valores tratados nessa conta transitam no resultado da Pavarini.

9. Patrimônio Líquido

9.1 Capital Social

Após alterações contratuais assinadas em 2021 e registradas no 2º semestre de 2022, o capital social integralizado no valor de R\$ 878 Mil, representado por 877.759 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, das quais 75% passam a pertencem a sócia VX Roma Holding Financeira Ltda. e 25% pertencem a sócia Simplific Participações Ltda.

Parte do lucro apurado em 2019, no valor de R\$ 220 mil, foi destinado para futuro aumento de capital.

9.2 Reserva Legal

A reserva legal será constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. Essa reserva deve ser obrigatoriamente mantida e poderá ser utilizada somente para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. Em 31 de dezembro de 2022 a distribuidora destinou R\$ 120 para constituição de reserva legal, e R\$ 56 em 30 de junho de 2023, compondo o saldo de R\$ 176.

9.3 Distribuição dos Lucros

O estatuto social prevê a distribuição de 20% sobre o lucro líquido após a constituição de reservas, a título de dividendo mínimo obrigatório.

Durante o primeiro semestre de 2023 não foram pagos valores a título de dividendos, em 2022 (R\$ 1.195).

10. Receitas de Prestação de Serviços

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Taxa de Registro	96	160
Taxa de Verificação	4	-
Escrow	12	-
Custódia	496	350
Agente Fiduciário	3.280	3.481
Agente de Liquidação	235	20
Agente de Garantia	152	153
Escrituração	263	262
Representação	10	-
Outros Serviços	268	532
Total	<u>4.816</u>	<u>4.958</u>

11. Despesas Operacionais

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesas administrativas		
Água, energia e gás	-	(22)
Aluguel	(52)	(102)
Despesas de comunicação	(165)	(76)
Despesas de manutenção e conservação	-	(7)
Despesas com material de escritório	-	(6)
Despesas de processamento de dados	(318)	(355)
Despesas de promoções e relações públicas	-	(3)
Despesas de seguros	-	(4)

Serviços de terceiros	(9)	(5)
Serviços técnicos especializados	(171)	(245)
Outras despesas administrativas	(46)	(155)
Total	(761)	(980)
Despesas de pessoal		
Remuneração	(704)	(1.395)
Encargos sociais	(284)	(359)
Benefícios	(262)	(246)
Total	(1.250)	(2.000)
Despesas tributárias		
Outros impostos, taxas e contribuições	(437)	(494)
Total	(437)	(494)
Outras despesas operacionais		
Despesas sistema financeiro	(42)	(27)
Outras despesas operacionais	(8)	-
Total	(50)	(27)
Depreciação e amortização		
Depreciação de mobiliários	(19)	(37)
Outras depreciações	(16)	-
Amortização de softwares	(7)	-
Total	(42)	(37)

12. Transações com Partes Relacionadas

	Ativo	
	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos a vista		
Vórtx DTVM Ltda	507	31
	507	31

As operações com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a valores em conta corrente na Vórtx DTVM no montante de R\$ 507 (R\$ 31, em 2022).

12.1 Participação no resultado

A Pavarini possui programa de participação dos empregados nos resultados, e seu pagamento está condicionado ao cumprimento de metas nele estabelecidas.

No primeiro semestre de 2023 a VX Pavarini DTVM destinou R\$ 159 a título de participação nos resultados aos seus empregados.

13. Despesas Tributárias

Compostas, substancialmente, por impostos diretos calculados sobre as receitas de serviços prestados, sendo PIS e COFINS no montante de R\$ 235 (em 2022, R\$ 541) e ISS no montante de R\$ 194 (em 2022, R\$ 572).

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2023		30/06/2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social	Imposto Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	2.554	2.554	1.682	1.682
Adições (exclusões)	-	-	-	-
Participações no lucro	(159)	(159)	-	-
Valor base para tributação	2.395	2.395	1.682	1.682
Alíquotas vigentes (IRPJ 15% e CSLL 15%)	(360)	(359)	(252)	(252)
Excedente IRPJ 10%	(227)	-	(156)	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Total	(587)	(359)	(409)	(252)

15. Ativos e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, e se for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

A VX Pavarini não registrou ativos contingentes no semestre, bem como não existem, na data das demonstrações financeiras, quaisquer processos classificáveis como de realização provável ou possível.

Em 30 de junho de 2023 inexistem passivos contingentes classificáveis como de perda provável, que requeiram provisionamento. Por outro lado, existem riscos em contingência passiva, da qual a VX Pavarini é parte em processo administrativo instaurado no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários, iniciado em outubro de 2018 e versa sobre as verificações e diligências realizadas no exercício de sua atuação como agente fiduciário. Este processo administrativo, classificado como perda possível, não requer, até o momento, nenhum provisionamento.

16. Gerenciamento de riscos

16.1 Riscos financeiros

Os riscos financeiros são decorrentes das características do modelo de negócios adotado que impactam diretamente nos ativos e passivos da Distribuidora, a VX Pavarini considera o risco de mercado, de crédito, de liquidez e contraparte em seu gerenciamento de riscos e capital. A Distribuidora desenvolve políticas e processos para adequar os níveis de exposição ao risco as recomendações dos reguladores e alinhado a sua estratégia refletida na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

16.1.1 Riscos de mercado

A VX Pavarini atua de forma conservadora em relação à exposição a esse risco, sem possuir carteira de negociação, nem empregar seu capital na atividade de intermediação de negócios e nem alavancar seus recursos de caixa. Em relação ao risco de perda associado a oscilações e/ou paridades entre moedas estrangeiras, a instituição é prestadora de serviços e não terá posição em papéis vinculados a taxa cambial. Vale ressaltar a política de investimentos da VX Pavarini é fundamentada em aplicações financeiras de perfil conservador, títulos ou ativos considerados de baixo nível de risco de perda.

Não há exposição relevante nem variações significativas sobre a posição do capital próprio da VX Pavarini e o seu Patrimônio de Referência está sempre enquadrado nos limites legais estabelecidos.

16.1.2 Riscos de liquidez

A VX Pavarini adota posição conservadora frente ao Risco de Liquidez e realiza o controle diário do seu fluxo de caixa a fim de gerenciar tal risco e cumprir as normas vigentes. O apetite da VX Pavarini por ativos de baixa liquidez é baixo, sendo que as reservas de caixa serão investidas prioritariamente em instrumentos de dívida pública e outros de alta liquidez.

16.1.3 Riscos de crédito

A VX Pavarini não realiza concessão de crédito, uma vez que sua atuação é completamente focada na prestação de serviços ao mercado financeiro e de capitais, o que implica em seus recursos serem provenientes de relacionamentos e contratos com clientes, explicando a posição adotada para o tratamento do risco de crédito na instituição. Em relação aos recursos próprios, a Distribuidora pode investir seu caixa e reservas em instrumentos de baixo risco como a dívida pública, realizar operações compromissadas ou de zeragem com contrapartes de baixo ou médio risco.

16.1.4 Riscos de contraparte

A VX Pavarini pelas características de suas atividades, como prestadora de serviços, entende estar sujeita ao risco de contraparte relacionado aos seus contratos e do relacionamento com clientes. Em relação ao capital próprio, não estabelece posições arrojadas, como derivativos ou contratos de alavancagem.

16.2 Gestão de Riscos Não-Financeiros

Os riscos não financeiros são decorrentes do modelo de negócios da VX Pavarini, sendo eles: operacional, legal/regulatório e socioambiental. A Sociedade entende

a importância da gestão dos riscos não financeiros e possui mapeado em seu planejamento metas para acompanhá-los e mitigá-los em seus processos cotidianos, garantindo a adequação aos níveis de exposição declarados e para se manter em posição de destaque no mercado financeiro.

16.2.1 Risco operacional

A VX Pavarini é uma fintech e pelas características de seu modelo de negócios entende-se que o risco operacional é de grande importância e portando atua de forma moderada em relação a esse risco, avaliando cada um dos seus processos e classificando o nível de risco individualmente.

16.2.2 Risco legal e regulatório

A VX Pavarini trabalha para mitigar o risco legal e/ou regulatório, pois é regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e entende a necessidade de manter autorização de funcionamento e operação, licenças e permissões fundamentais para a continuidade da Sociedade.

16.2.3 Risco reputacional

Para tratamento do risco reputacional, a VX Pavarini adota o processo de due diligence e KYC (Know Your Client) prévios em relacionamentos com clientes e parceiros, maneira de mitigar não só o risco reputacional, mas também outros riscos do modelo de negócios. A VX Pavarini reserva-se o direito de vetar ou recusar relacionamento com clientes, parceiros e contrapartes que não se enquadrem nas iniciativas promovidas ou patrocinadas pela empresa.

16.2.4 Risco socioambiental

A política de risco socioambiental adotada pela VX Pavarini abrange todos os colaboradores, incluídos sócios, associados, funcionários e outras pessoas de interesse, desta forma garantir a convicção de que responsabilidade social e ambiental estão alinhadas com o espírito e valores da VX Pavarini e o

reconhecimento de que estes riscos podem afetar os negócios em diversas dimensões. É baseada em cinco instrumentos fundamentais:

- (i) Sustentabilidade do negócio: revisão periódica das diretrizes e práticas socioambientais da Sociedade e sua cadeia de valor, de modo a estimular a gestão responsável, a redução da “pegada” (footprint) da VX Pavarini, e a inovação com viés responsável;
- (ii) Relacionamentos sustentáveis com clientes, parceiros e contrapartes: processo de due diligence e KYC de clientes, parceiros e contrapartes que incorpore dimensões socioambientais, de modo a mitigar riscos e exposição a relacionamentos; e processo de monitoramento de relacionamentos com clientes, contrapartes e, principalmente, parceiros, com a intenção de verificar a adesão a princípios socioambientais e mitigar riscos supervenientes;
- (iii) Juridificação progressiva de princípios socioambientais: progressivamente incorporar em produtos, regulamentos, contratos e condições de prestação de serviços cláusulas com declarações e obrigações relacionadas a princípios socioambientais da VX Pavarini;
- (iv) Promoção da diversidade: respeitar a diversidade e promover ações de tolerância, garantindo igualdade de oportunidades e engajamento;
- (v) Treinamento: orientação e treinamento de Colaboradores.

17. Limites Operacionais

No primeiro semestre de 2023, a Distribuidora encontra-se enquadrada nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar.

18. Ouvidoria

O componente organizacional encontra-se em funcionamento e sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 4.433, de 23 de julho de 2015.

19. Resultados não recorrentes

Não houve eventos não recorrentes no primeiro semestre 2023.

20. Prestação de outros serviços de política de independência do auditor

Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis da Distribuidora não prestou no semestre outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

21. Outros Assuntos

No primeiro semestre 2023, não identificamos fatos relevantes que remetam à uma situação de deterioração de nossas operações e/ou negócios, até o presente momento. Contudo, a VX Pavarini seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

22. Eventos Subsequentes

Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

José Aparecido da Silva
Contador
CRC/SP nº 1SP152186/O-4

